

POLÍTICA

Constituinte

O Brasil que se quer

São 24 subcomissões trabalhando na coleta de centenas de sugestões a serem introduzidas na Nova Constituição. Um problema: pontos conflitantes.

ANC 88
Pasta 16 a 23
Abril/87
068

A soma das mais de 700 sugestões de mandamentos a serem introduzidos na futura Constituição e já encaminhadas à secretaria da Mesa Diretora da Constituinte, às mãos de mil sugestões já gravadas na memória do computador do Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodata), e às centenas que circulam nas mãos de deputados, senadores e grupos de pressão que passam pelo Congresso Nacional, daria como resultado, simplesmente, o sambão do crioulo doido em milhares de estrofes.

No momento, trabalham na coleta de sugestões, nas discussões sobre os mais variados temas, e na própria definição de como devem trabalhar, 24 subcomissões, agrupadas em grupos de três sob a coordenação de oito comissões temáticas. Pelo volume de determinações que cada uma dessas subcomissões pretende incluir na futura Constituição, cada qual vai elaborar, na prática, uma miniconstituição, pela qual seus membros vão lutar posteriormente nas comissões temáticas e em plenário da Constituinte.

Os relatórios das comissões deverão estar concluídos, pelo regimento, dentro de 65 dias, prazo que muita gente duvida ser possível cumprir. Para evitar que pontos conflitantes acabem por eliminar de fato todo o trabalho de uma outra comissão, começa amanhã o trabalho de coordenação do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que deverá aplicar sua capacidade de conciliação para evitar, desde agora, que propostas de uma comissão não sejam totalmente eliminadas por conclusões de outra.

Conflitos de competência poderão ser identificados, por exemplo, entre as comissões que cuidam da soberania, nacionalidade, direitos, garantias e relações internacionais, que pretendem definir o tratamento a ser dado não só às pessoas físicas estrangeiras, como às pessoas jurídicas e multinacionais, e a da Ordem Econômica, que tratará necessariamente do assunto e que, por sua vez, será também preocupação da Comissão de Tributos, Orçamento e Fiscalização. A comissão que cuidará da Organização do Estado e Eleitoral também já tem propostas para evitar a participação financeira de multinacionais em partidos políticos e no financiamento de campanhas eleitorais.

A nova Suíça

As três subcomissões que tratam da soberania, nacionalidade, direitos, garantias e relações internacionais estão tendo dificuldades para se reunir por falta de quórum, mas mesmo assim já surgiram novas ideias. O deputado Sarney Filho (PFL-MA) quer incluir na nova Constituição um artigo que diz: "O Brasil rege-se pela neutralidade nos conflitos internacionais". O País teria assim o status de uma nova Suíça na política internacional e, a depender do filho do presidente, sem bomba atômica.

O rompimento de relações diplomáticas com o regime racista da África do Sul também poderá vir através da nova Constituição, com a pressão da deputada Benedita da Silva (PT-RJ) e de Roberto D'Ávila (PDT-RJ), presidente da subcomissão da Nacionalidade, Soberania e Relações Internacionais, que já tem proposta nos seguintes termos: "O Brasil não manterá relações diplomáticas com países que adotem leis de discriminação racial".

A comissão quer também apresentar outra novidade. Em vez da Constituição preocupar-se apenas com a nacionalidade das pessoas físicas, fazer o mesmo com as pessoas jurídicas e multinacionais, devendo ser ouvidos sobre o assunto, Barbosa Lima Sobrinho e o ministro Celso Furtado. Já Renato Archer, ministro da Ciência e Tecnologia, irá falar sobre soberania, passando pela questão da informática e da reserva de mercado.

O deputado Antônio Mariz (PMDB-PB), presidente da subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, diz que está havendo "muita confusão sobre o que é lei ordinária ou atribuição constitucional, o que vem criando alguns problemas". Ele garante que amanhã já começarão a ser discutidas questões como a pena de morte, que tem uma proposta a favor e outra contra, além da sugestão de tornar a tortura crime sem prescrição nem anistia, e o direito do cidadão a ter acesso aos dados coletados sobre ele, será o "habeas-data". Os constituintes vão ouvir também escritores e artistas sobre direitos autorais.

A Comissão dos Direitos do Homem e da Mulher está com um problema, pois vários constituintes pediram a presença de representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil nas reuniões, mas as secretarias já ligaram dezenas de vezes para a CNBB, sem conseguir resposta nem encontrar ninguém para ir à Constituinte.

Sistema de Governo

O chefe do Gabinete Civil, ministro Marco Maciel, será a primeira personalidade a falar na audiência pública da subcomissão do Poder Executivo sobre a Organização do Estado, sobre sua tese favorável ao equilíbrio de poderes e a implantação do regime parlamentarista. Maciel será ouvido amanhã, e as demais conferências serão feitas por juristas como Miguel Reale Jr., Seabra Fagundes, Márcio Thomaz Bastos, Raimundo Faoro, e outros, além do ministro da Justiça, Paulo Brossard.

A subcomissão iniciará assim a coleta de depoimentos sobre temas polêmicos como o regime de governo e o mandato presi-

dencial, sob pressão do próprio presidente da República, que deseja definição imediata sobre seu período de governo. O deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) propôs, inicialmente, a definição do regime de governo, tendo apoio do relator José Fogaça, cujo relatório será apresentado até o próximo dia 28, sugerindo mandato de cinco anos para Sarney e a implantação do parlamentarismo. Não como pronunciamento definitivo, mas como proposta a ser encaminhada à comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

Os membros da subcomissão não se mostram sensíveis aos apelos do presidente Sarney em favor da imediata fixação do

mandato. O senador Fogaça destaca que a insegurança do chefe do governo é um problema político que lhe cabe resolver com o PMDB e o PFL, e não com a Constituinte. O presidente da comissão, deputado Oscar Correia (PFL-MG) e o relator Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) são ambos defensores do parlamentarismo, e consideram a definição sobre o regime de governo mais importante do que a fixação do mandato presidencial.

Na subcomissão do Poder Executivo, são 28 as sugestões apresentadas, sendo as principais delas as do deputado César Cals (PDS-CE), que propõe definição do regime de governo e do mandato presidencial antes

do debate de outros temas. Nenhuma das três subcomissões - Poder Executivo, Poder Judiciário e Poder Legislativo - conseguiram reunir-se todos os dias, por falta de quórum ou adiamento para recebimento de novas propostas.

Forças Armadas. Onde?

"Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições." Com este título, a comissão que cuida dos assuntos relativos à defesa do Estado, aos conceitos de segurança nacional, papel das Forças Armadas e serviço militar, estado de sítio e emergência, misturados com a definição da organização eleitoral do País, já

marcou de antemão um ponto favorável para a ala conservadora da Assembleia Nacional Constituinte.

Isso porque, ao contrário do desejado pelas esquerdas, que advogavam a discussão dos assuntos de Forças Armadas numa outra comissão - a de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, com suas atribuições definidas pela subcomissão que cuida do Poder Executivo - Ulysses Guimarães acabou optando pela tese defendida pelas Forças Armadas. Ou seja: seus assuntos serão vistos na subcomissão que trata da defesa do Estado e da segurança das instituições, deixando claro para qualquer desavisado que a Assembleia Nacional Constituinte deve aprovar o que já está subentendido no título da comissão e subcomissão: a manutenção do papel das Forças Armadas na defesa e ordem interna do País, como fixado em 1967.

Com essa reviravolta, e a certeza de derrota de suas pretensões na subcomissão de Defesa do Estado e na Comissão da Garantia das Instituições, as esquerdas estão preferindo apostar numa longuíssima possibilidade de avanço de sua tese a nível de plenário, conforme atestaram José Genoíno (PT-SP), Haroldo Lima (PC do B-BA) e Roberto Freire (PC-PE).

E a composição da comissão e subcomissão que cuidam do assunto não traz muita esperança para aqueles que pretendem mudar o papel constitucional das Forças Armadas. O senador Jarbas Passarinho, presidente da comissão, é coronel da reserva e foi ministro de dois dos governos militares; Prisco Viana, relator da comissão, é ex-secretário-geral do PDS, serviu aos governos da Revolução de 64, e só recentemente passou para o PMDB, devido a divergências regionais.

Na subcomissão a coisa não fica muito melhor. José Tavares, o presidente, é PMDB moderado, já tendo sido delegado de polícia em seu Estado, o Paraná. O 1º vice-presidente da subcomissão de Defesa do Estado, senador Raimundo Lyra (PMDB), exerce seu primeiro mandato e é um empresário bem-sucedido em Campina Grande (PB). Saso Coimbra, 2º vice-presidente, é conservador e um dos mais antigos deputados da Câmara, já tendo pertencido à ala malufista do PMDB. E outro malufista convicto integrante da subcomissão é o relator Ricardo Fiúza, que há pouco tempo aderiu ao PFL, embora tenha sido um dos mais atuantes vice-líderes do PDS no governo Figueiredo, apoiando a candidatura de Paulo Maluf até o final.

Juizes eleitos

A Justiça voltada para o povo. É a tese que está tomando vulto na subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público da Assembleia Nacional Constituinte. A proposta formulada pelo relator Plínio de Ardua Sampaio (PT-SP) está sendo bem acolhida entre os constituintes membros da subcomissão.

Outra tese que vem sendo discutida entre os constituintes, também trazida nas audiências públicas por magistrados, procuradores e advogados, é a eleição de juizes, a exemplo do que é feito nos Estados Unidos e União Soviética. Mas este assunto ainda é embrionário e deverá tomar corpo nas discussões da subcomissão na próxima semana, quando os trabalhos voltarão ao normal.

Até agora foram ouvidas a Confederação Nacional do Ministério Público, a Associação dos Magistrados Brasileiros, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho e Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas. O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil será ouvido em audiência pública no próximo dia 29.

Educação

A subcomissão de Educação, Esportes e Cultura está esvaziada pela ausência de propostas concretas e pela falta de quórum em quatro das oito reuniões marcadas inicialmente. Mas esta tendência tende a ser superada a partir desta semana, quando terá início os debates das sugestões contidas no Projeto São Paulo na Constituinte e do Projeto Afonso Arinos.

A questão da Educação tende a centralizar os debates, na opinião do presidente da subcomissão, Hermes Zenetti (PMDB-RS), pois envolve "50 milhões de analfabetos no Brasil, no conceito da Unesco, e cerca de oito milhões de crianças fora das escolas e em idade escolar", ressalta.

Para o relator da subcomissão, senador João Calmon (PMDB-ES), ouvir as sugestões das trinta entidades educacionais, relacionadas para a participação nos debates, além de membros do Conselho Federal de Educação-CFE e ministérios da Educação e da Cultura, definem o ponto inicial para se chegar "ao texto enxuto" após superados os pontos conflitantes. Mas, faz importante advertência: a lei tenderá a defasagem se não houver definição sintética.

A questão da cultura, no entanto, poderá ter avanços a partir de depoimentos a serem iniciados no dia 12. O ministro Celso Furtado será o primeiro a apresentar sugestões ao texto final da Constituição, e será seguido por outros representantes dos diversos segmentos da sociedade. O esporte também merecerá apreciação de sugestões, e o deputado Aécio Cunha (PMDB-MG) deverá ser encarregado de canalizar as demandas. (Texto de Murilo Murça, com a colaboração de José Fonseca Filho, Ricardo Balduino, Elizabeth Lopes, Rubens Santos, Ionice Lorenzoni, Cláudio Kuck e Zenaide Azeredo).

Vera Cecília Dantas

A caminho da democracia

A palavra crise está na boca de cada um, na abordagem da maioria, independentemente de convicções ideológicas pessoais. Ao analisar o processo de transição política, tema de um seminário que o Cepec - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - promoveu, a perspectiva de três políticos, um deles também empresário, que participaram do encontro, não é otimista.

O governador da Bahia, Waldyr Pires, o vice-governador de São Paulo, Almino Affonso e o deputado federal Guilherme Afif Domingos têm apenas maneiras diversas de encarar a crise econômica e política que incluem em parte da transição do regime. Na área de Ciências Políticas os professores Maria Teresa Saddeck, da Universidade de São Paulo, Fábio Wanderley Reis, da Universidade Federal de Minas Gerais, e José Pastore, que além de sociólogo é economista, não possuem igualmente expectativas animadoras quando analisam como estaria se dando o processo de passagem do final do autoritarismo para a democracia nesse ano de Constituinte.

A tentativa de "construção da democracia brasileira" tem esbarrado num eterno problema, na visão do governador baiano Waldyr Pires, do PMDB: as desigualdades regionais e sociais e a dependência financeira externa. "Num país de instituições políticas muito frágeis, com a participação da cidadania muito restrita, as tentativas de democratização da vida brasileira não conseguem superar esse duplo constrangimento tanto interno como externo. É a crise de sempre."

Dentro desse quadro, Waldyr Pires, em sua palestra no Cepec, caracterizou a fragilidade das instituições pelas sucessivas intervenções militares ao longo da história e por atos de "conspiração" de determinados setores da burguesia nacional. "Essas intervenções também foram decisivas na interrupção do processo de se tentar uma democratização da sociedade brasileira", disse.

Na situação atual ele acredita que estamos vivendo uma transição "de um regime autoritário para a possibilidade de instituições livres e dentro de uma realidade da crise que é a mesma de sempre". A transição política foi no caso uma opção, segundo ele, para se vencer a crise. "Vamos tentar reformar o caminho das instituições políticas para que elas sejam, na medida em que se fortaleçam, o instrumento através do qual tenhamos a influência do Estado para modificar os contratempos sociais e econômicos." Entretanto, Waldyr Pires não sabe até que ponto será possível às instituições políticas, que estão presas às econômicas, impor seu modelo. "É um aspecto polêmico."

O deputado Guilherme Afif Domingos, terceiro constituinte mais votado no País e eleito basicamente pelo pequeno e médio empresário, costuma citar em suas palestras a disposição dos vértices de um triângulo para ilustrar a crise que atravessa o País e que é, segundo ele, da "cúpula do sistema" e não de sua "base". O triângulo seria formado pela burocracia que está no governo, pelo político clientelista e pelos que vivem às custas dos subsídios ou favores governamentais. Esse triângulo estaria no topo de uma pirâmide. Na base estaria a "economia informal" que ele classifica como "aquela em que o sujeito mergulha para sobreviver", citando casos de marreteiros e microempresários. No meio da pirâmide ele colocou a economia de mercado.

Numa referência ao comportamento da burocracia governamental aliada ao político clientelista, que por sua vez é aliado daqueles que vivem dos incentivos e favores do governo formando o triângulo que está no alto da pirâmide, Afif Domingos concluiu que a crise dessa estrutura está no seu ponto máximo. "O Brasil quebrou porque todo esse processo foi na primeira etapa financiado pelo empréstimo externo. Internamente a estrutura tem se sustentado através dos altos impostos cobrados. A inflação brasileira é gerada pelo fato de essa estrutura gastar muito mais que o disponível."

A tentativa de construir a democracia brasileira esbarra em problemas considerados eternos, como desigualdade social, arrocho salarial, recessão, dependência financeira, desemprego. Para agravar, falta um Legislativo ágil, um Judiciário rápido e um Executivo transparente.

A Constituinte resolveria esses problemas? O Cepec promoveu um seminário para analisar a questão. Acompanhe a discussão.



Todos os movimentos do governo ou da sociedade, a discussão do mandato do presidente Sarney, as greves, têm influência marcante no processo de transição, segundo Maria Teresa Saddeck. Mas ela considera prematuro avaliar o perfil dessa transição. "Os temas mais polêmicos como a reforma agrária, o futuro sistema eleitoral e o papel do Exército ainda não estão na pauta das discussões. O que irá delinear a característica da Constituinte será o jogo de pressões, os lobbies e a mobilização popular."

O professor de Ciências Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais, Fábio Wanderley Reis, num outro tipo de análise, diz que a transição política num certo sentido "tem que ser conservadora porque é necessário se criar lastros nas condições vigentes. Há certos vetos que tornam ilusória a pretensão de fazer da Constituinte um instrumento revolucionário".

A característica de transição atual, segundo ele, é a presença marcante de forças sociais cada vez mais reivindicantes, de grupos diversos lutando com os recursos de que dispõem. "É um jogo de vale-tudo onde o governo não tem legitimidade para agir diante de movimentos diversos. Greves ilegais são feitas, agricultores bloqueiam estradas, há quem tente fazer justiça pelos linchamentos. Enfim, as normas vigentes não valem mais porque as instituições não são sólidas, faltam canais de expressão, falta um parlamento ágil, representativo, um Judiciário rápido e eficaz em seus julgamentos, um Executivo transparente."

Todos esses problemas institucionais estão longe de ser resolvidos, segundo Fábio Wanderley, e o quadro criado junto com a crise econômica é propício a certos confrontos. "Não digo que há uma iminência de golpe, mas a situação pode-se alterar rapidamente para uma saída muito desagradável."

A possibilidade de retrocesso preocupa também o vice-governador de São Paulo Almino Affonso. "Deveríamos meditar dez vezes cada vez que o impasse se colocar diante de nós. É necessário lembrar que não derrubamos o regime militar, que não existem forças populares organizadas a ponto de um confronto e que a contradição no interior dos partidos, em sua grande maioria, é imensa."

Ele não considera improvável cairmos numa "democracia de fachada" nessa transição, e propõe a união em torno de três pontos - "contra a recessão, o arrocho salarial e o desemprego" - para que essa tentativa de passagem para a democracia "não se esgote num beco".

Apesar da crise, o processo de transição política deve ter um rumo, na opinião do governador Waldyr Pires: "Não há revolução e acredito num projeto de reformas democráticas a partir de instituições que assegurem as liberdades populares e um governo participativo." Sua proposta para que se alcance essas reformas: "alianças entre assalariados, pequenos e médios empresários". Ele concorda com Almino: "Temos instituições muito frágeis e estamos vivendo uma situação angustiante. Daí a necessidade de um projeto nacional o mais rapidamente possível. Não vejo possibilidade de golpe a curto prazo. Mas durante quanto tempo? Até onde podemos estabelecer um confronto entre nossas liberdades e essa noção de segurança?"

Os limites da transição democrática ficam claros, na visão do professor José Alvaro Moysés (coordenador da comissão de seminários do CEDEC na eleição da Constituinte. "As regras eleitorais não garantirão a representatividade dos eleitos de acordo com a importância e a população dos Estados; o acesso aos meios de comunicação de massa durante a campanha foi desigual para os partidos políticos e sobretudo se deslocou o debate para a eleição dos governadores distorcendo o quadro. O resultado foram cerca de 40% de votos em branco para a Constituinte."